

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IX - Nº 141 - 2ª QUINZENA DE OUTUBRO DE 1997 - R\$ 1,00

**Fora Clinton Imperialista! Abaixo a ALCA!
Abaixo o plano de fome de FHC,
ditado pelo imperialismo!
Pelo rompimento com o imperialismo!
Não ao pagamento da dívida externa!
Nada de frente de "centro-esquerda"
(frente popular), por uma
Frente Revolucionária
Antiimperialista!**



**Há 30 anos o imperialismo assassinava
Che Guevara. Nossa homenagem ao
lutador guerrilheiro. E também a
crítica trotskista ao foquismo.**



**Os sem-terra marcham no Paraná.
Defendamos as ocupações,
a autodefesa, os comitês de apoio
e a aliança operário camponesa!**

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

* Cervejeiros da Kaiser, de Jacareí, lançam campanha de boicote aos produtos da fábrica. Distribuem carta aberta à população em feiras-livres e em universidades da região do Vale do Paraíba. Realizam ato de protesto exigindo a reintegração de 29 companheiros demitidos durante a greve da semana passada. Entre os demitidos, há 9 sindicalistas e 4 cipeiros. Os cervejeiros com data-base em outubro reivindicam 5,34% de reajuste e R\$ 1.000,00 de PLR.

* Metalúrgicos do Rio de Janeiro decidem em assembléia "estado de greve", com paralisações por regiões.

* Metalúrgicos do Rio de Janeiro decidem em assembléia "estado de greve", com paralisações por regiões.

* Dubladores decidem continuar greve que já dura 26 dias. Reivindicam aumento da hora trabalhada de R\$ 28,00 para R\$ 65,00.

* Bancários do Mercantil atrasam em uma hora e meia a abertura da agência da avenida Paulista. Em assembléia, recusam proposta de 4% de reajuste e PLR fixo mais 60% referente ao salário nominal. Os bancários querem reajuste de 22,86% e pagamento de PLR semestral, com base em 25% do lucro bruto.

* Bancários do Banco do Brasil (BB) decidem paralisação de uma hora. TST julgou à revelia do sindicato dissídio de 96 com pagamento de R\$ 3.000,00 para quebrar a força do movimento dos bancários.

* Bancários da Caixa Econômica Federal

tiveram R\$ 2.500,00 depositados em suas contas correntes antes da assembléia para avaliar proposta de R\$ 4.500,00 de abono parcelado em duas vezes. Assim como no BB, as perdas salariais continuaram no bolso dos banqueiros-parasitas.

* Aeroviários de São Paulo entregam pauta de reivindicações (data-base em dezembro): 7% de reajuste, aumento no valor do seguro de vida.

* Panex fecha fábrica da Vila Liviero e demite 150 operários.

* Vidreiros da Termoglas, em Guarulhos, demitidos em setembro, rejeitam parcelamento da rescisão em 9 vezes.

* Metalúrgicos da Metalfac, em Santo André, em greve contra o não pagamento do salário de agosto.

* Peões da Tror Engenharia, em greve há 3 dias, conquistam aumento do piso salarial entre R\$ 314,00 a R\$ 381,00

* Petroleiros marcam Plenária para 18 e 19/10 no Rio de Janeiro para decidirem pela greve. Rejeitam proposta da Petrobrás de 3% de reajuste.

* Cimenteiros da Camargo Corrêa, em Apiaí, não aceitam 25% de abono referente ao salário nominal de R\$ 380,00

* Químicos de Campinas organizam Congresso para traçar plano de lutas

* Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba (Força Sindical) se utiliza de prêmios para que trabalhadores paguem a contribuição e possam participar da assembléia. A contribuição sindical deve ser voluntária e não à base de chantagem. Se as atuais direções lutassem por aumento real de salário e pelos direitos dos trabalhadores as sindicalizações seriam espontâneas.

* Marceneiros da Escriba Móveis entram em acordo pela PLR de R\$ 97,00 no primeiro semestre

* Metalúrgicos da BS Continental são prejudicados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) na greve que durou 9 dias iniciada em 30 junho. O TST suspendeu sentença do Tribunal Regional do Trabalho-SP que obriga-

va os patrões a negociarem prêmio com a comissão, com prazo de 60 dias para o cálculo de PLR e prazo de pagamento, suspendeu também a estabilidade de 90 dias e a compensação dos nove dias de greve.

* Operários da Antenas Trufill, em Cotia, em greve pelo segundo mês consecutivo contra o calote do patrão.

* Peões da H. Guedes, GRBA, Macaúba e OAS que fazem obras da Sabes entram em greve contra o calote das empreiteiras e construtoras.

* Metroviários fazem protesto na estação Itaquera contra as bilheterias eletrônicas. 800 postos de trabalho serão fechados.

* Gráficos de São Paulo iniciam campanha salarial reivindicando 7,14% de aumento real, reposição das perdas, PLR e cesta básica. Patrões rejeitam todas as cláusulas sociais e querem que somente os sindicalizados sejam beneficiados nas negociações.

* Trabalhadores da região de Campinas-Sumaré protestam contra o desemprego na inauguração da fábrica da Honda, com a participação do presidente FHC. Com um índice de 68 mil desempregados na região, o presidente faz demagogia que a Honda vai gerar de 280 empregos. Pelo menos 10 manifestantes ficaram feridos em confronto com a polícia.

Os funcionários dos Correios estão fazendo uma campanha junto aos usuários, exigindo a reversão imediata das demissões realizadas durante a greve e retratação do Ministro das Comunicações. Realizaram uma greve de 20 dias em setembro, reivindicando aumentar o salário de fome de R\$ 260,00, ganho por um carteiro iniciante, melhores condições de serviço e soluções para conter os assaltos a carteiros e agências. Durante a paralisação, Sérgio Motta não recebeu os carteiros para negociar. Ameaçou-os com a demissão por justa causa. Os trabalhadores dos Correios demitidos montaram um acampamento em São Paulo e outro em Brasília.

NACIONAL



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

A Quinzena de Luta do Movimento Camponês

O apoio da população ao movimento dos sem-terra e a ameaça de uma guerra civil no campo têm incomodado o governo. Pela sua incapacidade em promover os assentamentos e fazer a reforma agrária, o governo e seus porta-vozes tentam agora desmoralizar o movimento dos sem terra com denúncias de desmatamento, matança de animais, apreensão de cocaína, avaliações de exclusão dos acampados.

A luta pela terra se choca com a propriedade latifundiária. Os milhares de minifúndios que já convivem com os latifúndios não conseguem superar a situação de miséria. As condições de subsistência, infra-estrutura e cultivo dependem de financiamento bancário obrigando os sem-terra a contrair dívidas impagáveis, perpetuando a exploração capitalista.

Defendemos as ocupações de terra com resistência, baseados no programa revolucionário do proletariado de destruição do capitalismo.

O caminho das lutas camponesas

* A Marcha do Sem-terra, pelo Emprego e pela Reforma Agrária", que saiu de Querência do Norte, soma 320 sem-terras. O ato conta com a adesão da CUT e o objetivo é fazer uma grande manifestação em frente ao Palácio do Governo em Curitiba no dia 22/10, como em Brasília.

* As 2164 famílias acampadas na Fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí, MS cavam trincheiras, estão armados de foices e machados como defesa e resistência, caso o Exército chegue para despejá-las. Fazem vigília e possuem rojões para dar alarme em caso de ataque. O cadastramento do Incra excluiu 1108 famílias deste acampamento do programa nacional de reforma agrária, incluindo as lideranças e coordenadores, como José Padilha dos Santos, o Pipoca. O objetivo é enfraquecer a resistência dos sem terra, assim os cadastrados deixam o acampamento para não serem também excluídos.

* Na Fazenda do Salto, em Barra Mansa, RJ, 64 famílias cavam trincheiras e montam armadilhas para resistir à PM. Os sem-terra bloqueiam a passagem com bambus pontiagudos para impedir a passagem de carros e colocam pneus com palha para que seja ateado fogo em caso de conflito.

* Sem terra provam, através do Rima (Relatório de Impacto Ambien-

tal), que área da Fazenda Pinhal Ralo, em Rio Bonito do Iguazu, PR, foi desmatada pela empresa Giacomet-Marodin (atual Araupel). A empresa produz artigos de madeira para exportação, papel e celulose, milho, soja, arroz e erva-mate. A denúncia de desmatamento e matança de animais foi feita por bióloga contratada para defender o patrimônio da empresa por causa dos catetos e queixadas que invadiam as plantações, sendo que mais de 500 animais foram capturados e colocados em criadouro artificial.

* Sem-terras acampados desde abril na Usina São João, em Campos, RJ, expandem a ocupação para pressionar a desapropriação da área.

* Trabalhador rural é morto na desocupação da fazenda Correguinho, em Açailândia, MA. Outros dois trabalhadores foram feridos à bala. Foram presos sindicalistas e 4 trabalhadores rurais e um empregado da fazenda. As 48 famílias aguardam a desapropriação da área reconhecida pela Justiça Federal como sendo da União.

* Trabalhadores rurais assentados há dois anos em Martinópolis bloqueiam a agência do Banco do Brasil (BB) com tratores e implementos reivindicando novo financiamento. Cada assentado possui 18 hectares de terra e pretendem o empréstimo para fazer cercas e o primeiro plantio (cultivar algodão). O BB negou novo financiamento, porque os assentados devem R\$ 652 mil liberado para fazer eletrificação rural que não foi feita. Os trabalhadores alegam que foram vítimas de empresa que recebeu o dinheiro e não fez a eletrificação.

* Arrendatários da fazenda São João, em Presidente Wenceslau fazem manifestação em frente a agência do Banespa pela liberação de R\$ 700 mil para programa de revitalização de algodão no Pontal do Paranapanema.

* Cerca de 180 famílias de sem-terra ocupam pela segunda vez a Fazenda Santa Guilhermina, em Nioaque, MS.

* Assentamento Casa Verde, em Nova Andradina, MS iniciado em 1989, reuniu 470 famílias (cerca de 3 mil sem-terras) em área de 29,8 mil hectares. Cada família recebeu de 33 a 120 hectares. Esta foi uma das desapropriações de terra improduti-va, uma gleba de cerrado, com águas subterrâneas profundas que inviabiliza a perfuração de poços domésticos. O projeto "modelo" de reforma agrária transformou-se numa car-

voaria. Muitos assentados venderam suas terras e passaram a ser acampados novamente. No fim de setembro, uma blitz da polícia localizou uma refinaria de cocaína e prendeu 7 colonos. O Incra não sabe informar quem era o dono do lote onde foi apreendida a droga, mas afirma que era lote comprado de terceiros.

* 1200 minifundiários de 50 municípios do Rio Grande do Sul acampam na frente da sede do Incra em solidariedade à greve de fome de 7 pequenos produtores que pedem liberação de R\$ 30 milhões para 6 mil famílias e chamar atenção para os problemas da pequena propriedade.

* No Recife, cerca de 1200 crianças, filhos de sem-terras, fizeram passeata até o Palácio do Governo reivindicando escolas e educação.

* Há 30 dias, cerca de 300 sem-terras estão acampados na Fazenda Água Amarela, em Jardim Olinda, PR (Pontal do Paranapanema). A fazenda, que produz 150 litros de leite por dia, possui 1270 cabeças de gado, plantação de milho, algodão e mandioca, segundo o caseiro, para afirmar que a fazenda não é improduti-va e não pode ser desapropriada.

* Sem-terra ocupam pela segunda vez a Fazenda Junco, em Maragogi, AL, na Usina Central Barreiros.

* 10 líderes do sem-terra estão em liberdade provisória. Foram presos na desocupação da Fazenda Caraguatá (dia 17/09) e da Fazenda Nossa Aparecida, em Alvorada do Sul, PR (14/09).

NACIONAL



As dificuldades da chamada oposição construir seus alinhamentos eleitorais

Nos alinhamentos eleitorais, destaca-se a dificuldade do PT constituir a denominada frente de centro-esquerda. Os petistas aprovaram em seu 11º Encontro a resolução de constituir uma frente ampla com os partidos da burguesia que estejam na oposição. Entretanto, têm pela frente a dificuldade de até mesmo o PSB admitir Lula como candidato. A ida de Ciro Gomes para o PPS como postulante à candidatura não modificou a margem de manobra de Arraes, que joga tanto com a frente do PT/PDT quanto com a possível candidatura de Ciro ou até mesmo de Itamar Franco pelo PMDB.

O próprio Lula está reticente em confirmar definitivamente sua candidatura sem que tenha certeza de que terá um forte aparato eleitoral atrás de si. O caudilho aburguesado sabe que seu futuro político não se liga mais ao movimento operário mas sim aos partidos da burguesia. O que lhe resta de popularidade caudilhesca está nessa dependência.

Um dos impasses do PT está em que terá de cedo ou tarde admitir apoiar uma candidatura burguesa fora de suas fileiras. A pressão das correntes de esquerda para que Lula fosse (no Encontro do PT) o candidato, em nome da unidade do partido, mostra bem o quanto desesperador é esse problema para os petistas, uma vez que a cada nova situação eleitoral o PT se adapta mais e mais à política dos capitalistas. Assim, sua ala esquerda se vê carregando nos ombros uma variante de programa burguês,

que sequer é radicalmente reformista.

Por seu turno, os antigos aliados da Frente Brasil Popular já não querem ser apenas coadjuvantes do PT, exigindo maior presença e até ameaçando ruptura, como no caso do PSB. E o PDT, que resistiu entrar no passado na Frente Popular, foi para o lado do PT em função das dificuldades do brizolismo em dirigir uma oposição à coligação PSDB/PFL. Conta com a popularidade de Lula para provisoriamente se abrigar na frente centro-esquerda.

Todos calculam que dificilmente poderão derrotar FHC, se o quadro econômico atual se mantiver. Mas também jogam com o desgaste do governo, esperando poder polarizar o quadro eleitoral.

Essa situação empurra os partidos da oposição burguesa, dita esquerda, a negociarem intensamente seus interesses, como se negocia ações na Bolsa de Valores. Está aí por que se retarda a constituição das candidaturas oposicionistas, incluindo a do PT. O PMDB recebeu em sua poçilga o ex-Presidente Itamar Franco para obter dupla vantagem: negociar sua permanência na coalizão PSDB/PFL ou então atrair algum partido da oposição, como o PSB, embora ainda insignificante, se necessitar concorrer com candidatura própria.

A burguesia quer evitar que haja apenas duas fortes candidaturas: a de FHC e de Lula. Uma terceira é importante para evitar a polarização logo de início. O segundo turno já não é tão problemático.

Certamente, todo esse jogo da política burguesa vem no sentido de arrastar as massas por detrás dos partidos da ordem capitalista, da qual o PT já faz parte, tendo contra si o fato de ainda não ser um partido orgânico da burguesia. Por todas essas dificuldades é que até o momento a única candidatura consolidada é a de FHC, bem como a frente PSDB/PFL que a sustenta.

Tal vantagem não impediu que se abrissem crises no PSDB, enquanto que o PFL mantinha estável sua coluna, recebendo adesões de parlamentares e outros políticos dos demais partidos. Como um parasita bem postado no hospedeiro, o PFL avança sua influência nacional, saindo de sua condição de partido regionalizado no nordeste. O PSDB também aumentou muito seu quadro parlamentar através de adesões, mas não pôde resistir

aos avanços do PFL, que tem em suas mãos a candidatura de FHC e é o maior partido no parlamento, ocupando o lugar do PMDB.

A política econômica de FHC tem afetado as gestões estaduais justamente onde o PSDB é mais forte, favorecendo os adversários políticos, como o PPB de Maluf em São Paulo, o PFL de César Maia no Rio etc. Tanto o PSDB quanto o Presidente se tornaram reféns dos movimentos do PFL. Dessa forma, as rupturas isoladas no PSDB mostram ser apenas o começo de uma crise latente na coalizão.

No momento, as lideranças procuram equilibrar a situação porque há que assegurar a estabilidade da reeleição de FHC. O quadro econômico está se deteriorando e o governo empurra a eclosão de crises mais para a frente, esperando passar a disputa eleitoral. Todo problema está em não permitir rupturas no quadro econômico-político que como tal assegurará a vitória de FHC, pelo menos assim se espera.

Para a política revolucionária, a compreensão desses movimentos na política burguesa tem o valor de poder denunciá-los junto as massas e defender a via da revolução, ou seja, o programa revolucionário.

Lá vem o PSTU com a defesa da candidatura de Lula com vice camponês

O PSTU lançou a campanha da candidatura Lula com um vice camponês. Com isso, acoberta que Lula é o maior defensor da constituição da frente ampla. Esconde seu envolvimento com o escândalo de corrupção da CPEM. E deixa à margem o programa claramente capitalista defendido pela frente popular. Programa esse já anunciado em suas linhas gerais por Lula.

Quanto à bandeira de vice-camponês, vemos como o PSTU expressa sua deformação eleitoreira. Qualquer um sabe que se trata de uma manobra com dupla finalidade: justificar mais tarde um possível apoio à candidatura de Lula, até mesmo tendo por vice Brizola, como aconteceu no passado com Bizol, e captar militantes do PT, não importando que seja pela via oportunista. Se o PSTU já participou organicamente da Frente Popular, porque não poderia repetir tal conduta de subserviência ao reformismo? Do ponto de vista de classe,



não há diferença entre o PSB e PDT, entre o que representa Arraes e Brizola na política burguesa.

A idéia de aliança operário e camponesa que o PSTU pretende passar é uma farsa total. Somente o mais arraigado oportunismo pode dar lugar a tal suposição. A aliança operário e camponesa só é possível através da luta revolucionária, sob a direção da classe operária.

Por outro lado, o que está em questão não são candidaturas, como se fossem expressão operário-camponesa, mas sim uma consolidada política pró-capitalista desenvolvida pelo PT e seus aliados eleitorais. Não é por acaso que o PSTU faz a campanha pela candidatura de Lula e vice camponês, só faltando indicar o nome de José Rainha, sem sequer exigir um rompimento total do PT com os partidos burgueses, PSB e PDT. Isso porque admite integrar a frente pró-capitalis-

ta tendo a candidatura de Lula como justificativa para obscurecer sua política parasitária do reformismo.

Alguns militantes do PSTU explicam que a proposta do vice do MST serve para pressionar o PT e para preparar caminho para o lançamento de uma candidatura posterior do PSTU. Trata-se de uma ilusão, porque o PSTU vai acabar apoiando Lula, nem que seja no segundo turno, se houver. Ainda que fosse verdade, a candidatura do PSTU estaria dessa forma vinculada ao programa da frente popular, contribuindo para manter as ilusões das massas no reformismo e expressando assim uma política que exerce uma contenção nas tendências de luta das massas.

O POR chama o PSTU a romper com o reboquismo ao reformismo petista e a se colocar pela construção de uma frente revolucionária antiimpe-

rialista, que é a resposta adequada para responder à ofensiva capitalista expressa no plano antinacional e antipopular de FHC, em oposição à linha conciliadora e submissa do reformismo petista. Trata-se de formar uma frente única de luta, para dar expressão unitária e nacional ao combate a FHC e seu plano de fome.

A intervenção do PSTU nas eleições não segue o princípio de independência de classe que se materializa na defesa do programa e da tática revolucionários. O centrismo esquerdista tende a se comprometer cada vez mais com o reformismo e se afastar do marxismo.

Nacional

A Marcha dos Sem-Terra do Paraná

Desde o dia 23 de setembro, 250 trabalhadores sem-terra vêm atravessando a pé o Estado do Paraná, saindo da cidade de Querência do Norte rumo à Curitiba. O percurso previsto para a caminhada é de 640 quilômetros e a previsão para chegara à capital do Estado é o dia 22 de outubro.

Os objetivos da marcha são, além de pressionar o governo do Estado a agilizar os assentamentos, exigir a libertação de 24 dirigentes presos pela repressão e em defesa da reforma agrária.

Esta manifestação está sendo realizada imediatamente após o governo do Estado ter acatado a pressão do ministro Íris Rezende no sentido de cumprir os mandatos judiciais de reintegração de posse nos conflitos com sem-terras. Em poucos dias, a polícia paranaense despejou violentamente vários acampamentos e prendeu lideranças e camponeses acampados.

Os dirigentes do MST especulam com a marcha como forma de aumentar a pressão sobre o governo Lerner para negociar assentamentos; ressaltam a todo tempo o caráter pacífico do movimento e fazem uma defesa da reforma agrária como a saída para todos os males do país. Quer dizer, dão-lhe um conteúdo limitadamente reformista e burguês. A preocupação dos dirigentes é, segundo eles dizem, mostrar à população o "verdadeiro MST" e não aquele pintado pela imprensa. Desde esta perspectiva, a maior preocupação deles é a de não assustar à pequena-burguesia urbana, de quem procuram apoio.

A importância da marcha, entretanto, transcende o limitado objetivo que a direção quer lhe dar. Em toda cidade onde os trabalhadores chegam têm predominado manifestações de espontânea simpatia pelo movimento. Até prefeitos e câmaras municipais têm dado espaços para o movimento se expressar por onde passam. Claro que há, também nisso, o interesse de setores oligárquicos descontentes com o governador Jaime Lerner, candidato a reeleição. Mas a massividade que a marcha vem ganhando, constituindo-se de fato num importante acontecimento da luta de classes no campo.

Em Londrina, a marcha foi recepcionada e apoiada por uma manifestação de "moto-taxistas", uma espécie de cooperativa de motoqueiros que disputam na Justiça o direito a operar e que sofrem a resistência dos donos de

taxis. É uma categoria que tem se manifestado decididamente em defesa de suas reivindicações apelando aos métodos da ação direta; passeatas, fechamento de estradas e enfrentamento com a polícia. Outras categorias em luta, certamente irão engrossar este apoio, é o caso dos professores estaduais que vêm travando o único enfrentamento mais sério ao Governo Jaime Lerner dentro do funcionalismo.

A perspectiva é que, a medida que a marcha for se aproximando de Curitiba, ela seja engrossada por trabalhadores sem-terra de outras regiões do Estado, que já estão marchando para se juntar à coluna que vem de Querência do Norte. E não apenas sem-terra, mas outras categorias deverão se juntar a eles em Curitiba para protestar contra a política de Jaime Lerner. Por tudo isto é que o Governo do Estado está pressionando contra a marcha. Nos últimos dias chegou inclusive a ameaçar que a presença massiva em Curitiba de sem-terras poderia resultar num banho de sangue.

Esta ameaça visa pressionar a direção do MST a aceitar os termos propostos pelo governo para negociar os limitados assentamentos e isto sensibiliza os dirigentes. Estes têm repetido durante a marcha que o importante é a marcha em si e a "conscientização" (propaganda) que ela provoca, deixando desde já uma porta aberta para suspender a marcha a qualquer momento.

Devemos apoiar a marcha e a sua conclusão numa gigantesca manifestação contra o governo capitalista e pró-latifúndio de Jaime Lerner, à qual se somem todos os sindicatos, estudantes e movimentos populares.

Que exija a imediata libertação de todos os dirigentes e sem-terras presos, a entrega de todas as terras ocupadas pelos trabalhadores.



“Visita” de Clinton

Fora o imperialismo da América Latina!

Fora com a Alca!

Há pouco tempo, o influente ex-secretário da Casa Branca Henry Kissinger, conhecido por ser um estrategista dos interesses dos Estados Unidos, alertou o Brasil para o perigo da tentativa de reduzir o poder norte-americano sobre a América Latina. Concluiu com a ameaça de que isso não acontecerá porque os Estados Unidos não permitirão. Referia-se à propensão do Brasil de aumentar, através do Mercosul, a presença da Europa na América Latina.

A “visita” do Presidente Clinton tem por objetivo justamente indicar que o imperialismo norte-americano não está disposto a dividir seu quintal com o imperialismo europeu. O Mercosul passou a incomodar a potência ianque desde o momento em que os governos latino-americanos começaram a legislar acordos comerciais sem o aval da Casa Branca.

Embora o Mercosul seja favorável às multinacionais que comandam o grosso da economia das semicolônias da América do Sul, fere o preceito dos interesses gerais do imperialismo norte-americano. O conceito de “América para os americanos”, que significa “América para os Estados Unidos”, de acordo com a doutrina Monroe, não pode ser quebrado nem por acor-

dos regionais insignificantes nem por acordos da região com o imperialismo europeu/japonês.

Dado que a crise mundial de superprodução cresce e o gigantesco capital financeiro se vê ameaçado de quebras, agudizam-se as disputas interimperialistas. O mundo se tornou pequeno para as negociatas dos capitalistas e a divisão deste entre as potências já não corresponde às necessidades de cada uma delas. A propaganda imperialista de “livre comércio mundial” reflete o impasse do capitalismo monopolista; e não uma nova fase de desenvolvimento determinada pela renovação tecnológica.

As multinacionais e os banqueiros internacionais, que não deixam de expressar suas raízes nacionais, vinculados que estão aos seus países de origem, travam verdadeira guerra comercial. Disputam cada centímetro dos mercados regionais que ainda podem ser ocupados. Mais ainda, chocam-se em torno da tendência objetiva de expansão sobre os mercados já ocupados.

De alguns anos para cá, os impasses mundiais têm obrigado o imperialismo a penetrar mais fundo nas economias dos países atrasados. As chamadas reformas neoliberais vêm nesse sentido. O conjunto de medidas do receituário resulta numa brutal expropriação de riqueza das semicolônias. Grande parte das privatizações são doações aos capitalistas. Fabulosas reservas naturais passam para o controle do capital internacional. O capital financeiro usufrui de uma taxa de juros estratosférica. E a eliminação do protecionismo nas semicolônias abre caminho para as mercadorias externas, tornando a indústria interna inócua.

Apesar de tudo isso vir ocorrendo, além de ser insuficiente quanto ao ritmo, também traz novos problemas para o imperialismo. Agudiza-se a disputa entre suas frações pelo controle do mercado e pelos ramos mais lucrativos. Começa a tornar-se intolerável para os Estados Unidos a ofensiva européia e japonesa sobre a América Latina e, particularmente, sobre o Brasil. No acordo comercial com o México e Canadá, em que resultou o Nafta, os EUA alijaram uma parte da influência do capital europeu e japonês, principalmente sobre o México.

O problema se torna maior quando o Mercosul serve para a burguesia semicolonial negociar com as demais potências irmãs dos EUA, mas rivais. Segundo a ordem ditada pelos EUA, a América Latina só pode ter um coman-

do. É uma pretensão inconcebível que Brasil/Argentina procurem dividir o comando com o imperialismo ou ter qualquer autonomia perante ele. É inaceitável para a Casa Branca que os sócios do Mercosul utilizem-se deste para negociar qualquer interesse nacional, por mesquinho que seja, com as frações do imperialismo. Está aí por que Bill Clinton tem por meta extinguir o Mercosul e substituí-lo pela Alca.

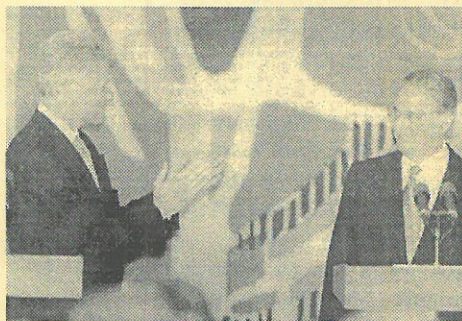
O Brasil/Argentina resistem diplomaticamente com o argumento de que o tempo dado pelos EUA, até 2005, é muito curto, não havendo tempo para adaptar a indústria regional a um bloco de livre comércio, que na verdade é de livre comércio para a burguesia norte-americana. Utilizam-se do protecionismo norte-americano para demonstrar a impossibilidade da Alca, sem que antes caíam as barreiras comerciais da potência, uma vez que os latinos-americanos já escancararam suas portas.

Tais “críticas” procuram acobertar a incapacidade de resistência da burguesia nacional brasileira à Alca, mesmo que temerosa de que a submissão aos EUA alcance um nível só encontrado na fase colonial de sujeição a Portugal/Inglaterra. De fato, a Alca imporá um colonialismo particular do imperialismo. Toda região estará sob o comando direto da Casa Branca. Essa possibilidade também atemoriza o imperialismo europeu/japonês, que tem necessidade de se expandir para a América Latina.

Todos sabem que com tais malabarismos diplomáticos não se barrará o objetivo norte-americano. A presença de Bill Clinton na América Latina já é um indício de rendição. Ela traz consigo a exigência de se adotar o ponto de vista norte-americano de substituir o Mercosul pela Alca. Em nome de conter o narcotráfico, assinar acordo sobre educação, saúde etc, o imperialismo pressiona para que a burguesia ceda a um intervencionismo mais amplo dos Estados Unidos.

Não há como as burguesias latino-americanas se contraporem a tal ofensiva encarnando a luta antiimperialista. Somente a classe operária e demais explorados poderão travar tal combate. A sua desorganização é um obstáculo para enfrentar a opressão imperialista e capitalista. A vanguarda avançada que compreende a necessidade de emancipar o país está obrigada a desenvolver as bandeiras antiimperialistas como parte do programa da revolução social. Temos pela frente a tarefa de organizar uma frente revolucionária antiimperialista sob a direção da classe operária.

Nacional



Para onde vai Lindberg Farias

A surpresa quanto à migração de políticos de um partido para outro, no quadro de rearranjo eleitoral, foi apenas a do deputado Lindberg Farias. Este rompeu com o PCdoB e foi para o PSTU. A surpresa está no fato de Lindberg ter sido um importante expoente da política estalinista no movimento estudantil, de onde se projetou para a política parlamentar. Seu deslocamento para uma corrente que ainda se reivindica das idéias de Trotsky é um caso particular em se tratando de uma figura de cúpula do PCdoB.

O que não surpreende é a acusação de Aldo Rebelo de que Lindberg saiu do PCdoB por motivos eleitorais. Por sua vez, Lindberg, em uma carta aberta "Por que rompi com o PCdoB e aderi ao PSTU", responde que se fosse por esse motivo não iria para o PSTU e sim para um outro partido com capacidade eleitoral, a exemplo do PT, a que diz respeitar muito apesar das divergências. Certamente, um argumento muito lógico, se se considerar do ponto de vista da matemática e não da política. Mas para não simplificarmos sua decisão temos de considerar as críticas de Lindberg ao PCdoB.

Crítica ao estalinismo do PCdoB

Lindberg diz que se tornou impossível militar no PCdoB devido ao burocratismo e o sufocamento do debate político interno. Cita a última Conferência em que ficou evidente que não há direito de formação de tendência ou fração. De fato o regime de funcionamento do PCdoB é burocrático-estalinista. Mas sempre foi assim.

Apesar dos ares reformadores dos últimos tempos, em virtude da quebra dos ídolos estalinistas, o PCdoB continua a reproduzir a essência do estalinismo. Em matéria organizativa, nega o centralismo democrático, apesar de em palavras se dizer leninista. O centralismo burocrático tem sido confundido com o centralismo democrático.

Faltou a Lindberg transparecer uma clara autocrítica por ter tanto tempo militado e auxiliado a reproduzir o burocratismo. Poderão dizer que a crítica já é uma autocrítica. Mas não é bem assim. Se a crítica demonstrar compreensão do erro com todas suas conseqüências, então sim. Caso contrário não.

Lindberg não chegou a caracterizar o burocratismo partidário estalinista como contra-revolucionário.

Mas o problema não pára aí. Ocorre que não demonstrou compreender a relação entre funcionamento do partido e o programa. A ausência de direito de tendência e fração, sem a qual não há centralismo democrático, expressa o programa estalinista de colaboração com a fração burguesa dita progressista. O programa determina, em última instância, o funcionamento do partido.

Por que isso é importante, se afinal de contas Lindberg reconhece que o PCdoB não abandonou a teoria estalinista da revolução por etapa e tece um conjunto de denúncias de colaboração com a burguesia? Aí não estaria a crítica programática?

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a crítica ao etapismo, que é parte da concepção da revolução burguesa nos países semicoloniais, foi feita por Trotsky. A partir daí as várias correntes que se reivindicam do trotskismo deram sua versão. Dizemos isso porque o PSTU, que conserva as posições da Convergência Socialista, critica o etapismo do estalinismo, mas em sua própria política reproduz uma espécie de etapismo. Basta que Lindberg procure conhecer a teoria da revolução democrática de Nahuel Moreno, que deforma a teoria da revolução permanente de Trotsky, e verá que nela está embutida o etapismo.

Um outro lado da medalha: o PSTU não funciona sob o regime leninista do centralismo democrático. O próprio Lindberg não se dá conta da importância da defesa que faz do regime partidário do PSTU. Diz: "Não há democracia interna no PCdoB. Não é permitido a organização de grupos de opinião, de tendências ou frações durante o período que precede o Congresso do partido".

A formulação de direito de tendência e fração durante o período que precede o Congresso do partido pertence ao PSTU e nada tem a ver com o centralismo democrático. Por quê? Porque proíbe o direito de tendência e fração depois de realizado o Congresso. Tal proibição é contrária ao pleno funcionamento do centralismo democrático. Ao se conferir direito apenas antes do Congresso, impõem-se a dissolução da minoria após Congresso. Trata-se de um artifício burocrático, utilizado em nome da unidade partidária.

O fundamento leninista do centralismo democrático está em que esteja assegurada a liberdade de divergência interna e de formação de tendên-

cia ou fração, não importando se antes ou depois do Congresso, e que a minoria tem de acatar externamente a posição majoritária votada internamente. Em síntese: direito de tendência e fração e unidade na ação.

É preciso se entender que o direito de tendência e fração não se refere especificamente ao Congresso, mas sim ao direito de divergência. Uma divergência significativa pode surgir a qualquer momento, inclusive logo após o Congresso. A tendência ou fração permite dar expressão organizativa à divergência, de forma que o aparato não a dilua na individualidade da militância.

Pode-se notar que não temos intenção de negar a progressividade da ruptura de Lindberg com o estalinismo, mas sim discuti-la no campo do marxismo. Lindberg não nos explica por que não procurou as demais correntes que se reivindicam do trotskismo para discutir sua ruptura, já que desenvolve em sua carta críticas ao estalinismo que vem do trotskismo.

Não se pode desconhecer as diferenças e divergências entre tais correntes. Por exemplo, o POR tem travado um percurso de crítica programática desde quando o PSTU ainda era Convergência Socialista. E um dos aspectos da crítica é a ligação entre programa e concepção do partido. Temos demonstrado que o PSTU está muito distante do leninismo-trotskismo.

(Por motivo de espaço, continuaremos no Massas 142)

NACIONAL



Por que os sindicatos não impulsionam as campanhas salariais

Já estamos a menos de um mês de 1º de novembro, tradicional data-base de mais de dois milhões de tra-

balhadores. Deveríamos estar em plena campanha salarial. No entanto, não há nenhuma iniciativa de campanha voltada para a greve. Muito menos para a unificação dos movimentos. Enquanto isso, as perdas salariais vão se acumulando, o desemprego continua lá em cima e os patrões pressionam o parlamento para que aprove as reformas neoliberais, que incluem a desregulamentação do trabalho

(perdas de direitos trabalhistas).

Não é de estranhar que a Força Sindical não esteja agindo, já que se constitui num verdadeiro braço do governo no movimento sindical, apoiadora que é do plano de FHC e das reformas antinacionais e antipopulares.

A paralisia das outras direções sindicais está de acordo com a política reformista, de conciliação de classes, que predomina nos sindicatos através da influência da CUT (PT-Articulação). Já nos Congressos da CUT apontávamos que suas resoluções desarmavam os movimentos, porque não se colocavam pelo combate ao plano e ao governo através da ação direta, unitária e nacional das massas. O que não acontece agora é expressão disso.

E tudo indica que essa linha não

vai mudar. A aproximação das eleições gerais de 1998 levará o reformismo a sufocar os movimentos, para que estes não assustem ou afastem os aliados burgueses do chamado "campo democrático". O disciplinamento dos movimentos é condição para o reformismo apresentar-se confiável a setores da burguesia com os quais pretende fazer uma frente. Novamente se verificará o papel reacionário das frentes populares, que arrastam os explorados a apoiarem setores dos exploradores.

Contra essa paralisia, é necessário romper com o imobilismo e eleitoralismo. Convocar campanhas salariais de luta, unificadas, de combate aos capitalistas, seu governo e o plano de fome de FHC.

Nacional

Debate na FFLCH-USP discute questão agrária

Organizado pelo Centro Acadêmico das Ciências Sociais (Ceupes), aconteceu, na primeira semana de outubro, um conjunto de palestras sobre a questão agrária. No dia 01, os palestrantes falaram sobre a propriedade da terra. Os dados apresentados mostraram que a raiz da concentração de terra está na formação histórica do país, desde as sesmarias (capitanias hereditárias).

Ao longo dos anos, a ocupação das terras pelo país se deu sob controle latifundiário. A área ocupada pelas pequenas propriedades sempre foi minoritária. Por outro lado, a maior parte da grande propriedade se formou através de posse, não de compra ou doação. Em geral, os grandes fazendeiros se beneficiaram das terras pertencentes ao Estado, arranjando papéis que lhes conferiram propriedade através de todo tipo de fraude. Até

do ponto de vista da legalidade burguesa, mostrou-se que os fazendeiros não têm nenhum direito sobre os latifúndios, produtivos ou improdutivos.

A metade do território nacional foi "ocupada" pelos latifundiários nos últimos trinta anos. Isto sem haver um significativo aumento qualitativo da produção agropecuária. A produção nacional de grãos é feita em 46% pelos minifúndios. O que mostra que a suposta diferenciação entre latifúndio produtivo ou improdutivo também é uma fraude sob esse ponto de vista.

Os palestrantes restringiram as exposições à questão da ilegalidade da propriedade latifundiária. Um deles chegou a defender que não se deveria pagar indenizações aos latifundiários por causa da ilegalidade das propriedades, que na verdade pertenceriam ao Estado. Pela negativa, podemos concluir que aceitaria o pagamento de indenizações a proprietários "legais" da terra.

A falta de legitimidade das propriedades pode servir como instrumento de denúncia, mas nunca como justificativa para a reforma agrária. Se o governo divide as terras em produtivas e improdutivas como pretexto para não atacar o latifúndio, a divisão da posse das terras em "legais" e "ilegais" também acaba excluindo parte delas da reforma agrária. Por exemplo, as terras tomadas judicialmente

dos minifundiários pelos bancos têm legalidade burguesa. De modo algum podemos excluí-las da luta pela terra.

O certo é que nenhum programa que se limite à questão da legalidade da propriedade da terra, portanto ao capitalismo, pode resolver a questão agrária. Para isso, é necessário colocar a expropriação do latifúndio sem indenização. O que só pode ser defendido como parte da expropriação geral da burguesia, portanto por um programa revolucionário.

Outra questão que chamou a atenção foi a negativa de um expositor em reconhecer que a formação da divisão fundiária do país responde às pressões do imperialismo, sob o frágil argumento de que a maior parte dos proprietários é brasileira. Ora, o que vale realmente não é o número de proprietários, mas qual a extensão de terras que controla. Sabemos por exemplo que a Volkswagen é a maior latifundiária do país. Sabemos também que a produção de grãos é em grande maioria voltada para consumo externo (exportação). Essa compreensão é necessária para entender a ligação entre a luta pela terra e a luta antiimperialista, portanto concluir na necessária aliança entre os camponeses pobres e o proletariado, classe que tem as condições para liderar a luta nacional antiimperialista.



Derrotar a reforma aniquiladora do ensino público

Rechaçar a política da burocracia sindical

Organizar a resistência unitária do magistério

Nesse segundo semestre, o governo Covas prepara todas as condições para impor a municipalização do ensino. Para isso, apóia-se na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que determina unicamente o ensino fundamental como responsabilidade do Estado. E na efetivação do chamado Fundão, de onde obterá recursos para transferir a maioria dos alunos para a rede municipal. A LDB exige uma Carreira, onde as pequenas conquistas do magistério estejam abolidas e as possibilidades de melhorias salariais sejam extremamente reduzidas. Não é por acaso que elimina as progressões automáticas e as 11 referências e mantém o achatamento salarial, com um piso de 610 reais. A diferença salarial entre o início e o fim da carreira é quase insignificante.

Da mesma forma que age para municipalizar o ensino fundamental, o governo aguarda o parecer do Conselho Nacional de Educação para reformular o ensino médio, num sistema aberto de parcerias com as empresas privadas. De um lado, transfere para os municípios a quase totalidade dos alunos e, de outro, abre as portas para as empresas assumirem 600 horas das 2400 existentes no segundo grau para o bel-prazer dos capitalistas. Tudo isso provocará mais demissões de professores e a fragmentação da força social do magistério paulista, tão importante nas lutas contra o governo que vem destruindo a escola pública.

A reforma da educação de Covas tem sido imposta porque não encontra uma resistência coletiva e organizada do professorado. Verificamos que os professores se encontram descontentes com essa situação, porém se acham divididos, desorganizados e, conseqüentemente, com pouca confiança na derrota das medidas governamentais. Quanto mais dispersa e desacreditada como força social esteja a classe, mais fácil para ser submetida às pressões do Estado. Não é por acaso que várias escolas já foram municipalizadas e a reação do magistério foi despercebida. Está aí por que criticamos a diretoria da Apeoesp, que responsabiliza o professorado pelo fracasso das assembleias. Em vez de organizá-lo para fazer frente ao governo, reforça a divisão, as ilusões nas chamadas novas alternativas de lutas e em toda sorte de distracionismo.

Dessa forma, o governo vai impondo uma reforma de ensino e a diretoria da Apeoesp se encontra cada vez mais impotente para organizar a resistência coletiva. As assembleias acabam sendo expressão dessa impotência, porque são esvaziadas. As propostas de greve são duramente combatidas pela diretoria, que, por sua vez, está obrigada a defender as propostas de trégua (de sempre esperar uma próxima assembleia), de negociações infundáveis etc. Essa política de sempre esperar a "boa vontade"

de" de Covas tem provocado uma apatia. A parcela disposta à luta não vê na diretoria a disposição necessária para derrotar essa reforma educacional, o que gera descrédito e desconfiança. Cansados de perder dia de serviço, uma parte deixa de responder às convocações de assembleias.

Essa campanha salarial, que envolveu o Plano de Carreira e a municipalização, esteve marcada por essa política. O resultado foi a ampliação da ofensiva do governo na implantação da Carreira e do Fundão. As negociações com as entidades eram uma farsa e estas ficaram reféns do governo. Quando a Secretária da Educação enxotou-os, as diretorias esbravejaram, mas permaneceram com a mesma ação. Ou seja, um abaixo-assinado para reabrir a farsa das negociações. Não bastando isso, convocaram para o dia 16 de outubro uma assembleia para pretensamente pressionar os deputados a votar contra a Carreira da SE. Isso sabendo de antemão que o governo conta com a maioria na Assembleia Legislativa.

Como se vê, de um lado, as direções sindicais atuam com essa política de não organizar a classe com o método grevista para responder a ação truculenta do governo em relação ao ensino público e, de outro, o governo atua na desorganização do movimento de resistência para continuar com a reforma privatista do ensino. Por isso, está mais do que na hora de rechaçar a política da burocracia pelega, para que possamos de fato combater a reforma educacional, que tem trazido demissões, fechamento de escolas, arrocho salarial, municipalização e parcerias com as empresas privadas.



Nesse sentido, convocamos todos aqueles que lutam contra a destruição das escolas públicas e contra a política das diretorias que têm aniquilado o magistério como força social de resistência à política neoliberal para discutir e organizar a Corrente Proletária na Educação.

EDUCAÇÃO



O Plano de Carreira de Covas é um ataque descarado aos professores

Analisamos a proposta de Plano de Carreira da Secretaria da Educação e verificamos que a mesma não atende nenhuma das reivindicações do magistério. E, o mais grave, retira da Carreira (L.444/85) antigas conquistas. A Corrente proletária na Educação apresenta as principais discordâncias e nossas reivindicações.

Educação

1) Vincula a nova Carreira com o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental. Embora a Secretária tenha dito que isso nada tem a ver com a municipalização, sabemos que o Fundo foi criado para a implantação da municipalização. Fato esse assumido pela própria Secretária nas entrevistas, conforme publicação.

2) Determina um salário base de 610,00 para PI e 762,50 para o PIII, por 40 horas de trabalho. Um salário base muito aquém das reais necessidades de um professor, que, necessariamente, deve estar atualizado para de fato produzir conhecimento.

3) Retira as 11 referências e cria quatro níveis como possibilidade de progressão. E enfatiza a avaliação por mérito como um dos mecanismos de progressão. Nas condições determinadas pela nova Carreira, o professor se manterá desatualizado, impossibilitado de retornar às universidades e com uma carga de trabalho exaustiva na escola, que impede por si só de freqüentar e adquirir novos conhecimentos científicos.

4) Amplia a distância salarial entre o PI e supervisor. Ao mesmo tempo, reduz a distância salarial na mesma classe. Ou seja, entre o início e o fim da carreira. Como exemplo, citamos o PI com 610,00, início, e 739,78, no final da Carreira. Após 25 anos de trabalho, o professor teve uma valorização de 129,78, o que equivale apenas ao salário mínimo de fome.

5) A progressão se dará nas respectivas classes. Ou seja, PI com nível superior não evoluiria para o nível de PIII. Sua evolução se dá dentro de sua classe de PI. O que desestimula o professor, isso porque o máximo que poderá obter ao longo da Carreira são 129,78 reais.

6. Apresenta como mecanismo de progressão a produção científica. Isto é, o professor deverá produzir livros, artigos, projetos etc. E estes serão submetidos à avaliação de uma comissão da SE para serem considerados válidos para a progressão.

7) O enquadramento do magistério será feito de forma lenta (no mínimo de 6 meses). Isso para não ultrapassar os 60% destinados à folha de pagamento, conforme estabelece o Fundo. Assim, todas as propostas de enquadramento das entidades foram rejeitadas.

8) Apresenta uma jornada sob a forma de hora-relógio e não hora/aula, reduzindo as horas de trabalho pedagógico fora da escola. O que na verdade não significa ganhos para o professor. Pois deverá trabalhar 5 horas relógio com alunos (para o PIII são

6 horas/aulas de 50 minutos), cumprir 2 HTPC obrigatórios e a hora/atividade de livre escolha ficou reduzida a três. Tudo isso para uma jornada de 40 horas semanais.

9) Determina aos coordenadores pedagógicos (que realizaram os concursos em nível de delegacias) e aos vice-diretores o atributo de um Posto de Trabalho. O que quer dizer uma função. E seu enquadramento se dará pelo cargo que ocupa. O que fará com que muitos percam o estímulo para desempenhar as responsabilidades dessa valiosa tarefa de coordenar os projetos das unidades escolares e, mesmo, de desempenhar o papel de direção na ausência do diretor.

10) Não incorpora todas as gratificações dos diretores. A exemplo dos 40% e 30% percebidos quando a escola possui mais de 1500 alunos.

Nossas principais reivindicações são:

a) A escola única, pública, gratuita, autônoma e enraizada na produção social;

b) Extinção de toda rede privada de ensino (confessional e empresarial) e estatização de todos os níveis de ensino, sob o controle dos trabalhadores;

c) Autonomia integral da educação: administrativa, financeira e pedagógica, controle de todo o sistema educacional pelos trabalhadores em educação, pais e alunos;

d) A escola laica. Contra toda ingerência da religião nas unidades escolares. Defesa da escola científica, contra o obscurantismo religioso;

e) A unidade entre a teoria e a prática. Uma escola onde os alunos permaneçam um período na produção social e outro na escola. Havendo rotatividade: na fábrica, no campo e outros serviços;

f) Aumento dos recursos destinados à educação. A educação como prioridade fundamental do Estado;

g) Eleição direta de todos os órgãos educativos e revogabilidade de mandato;

h) Piso nacional para os trabalhadores em educação. Implantação imediata do salário mínimo real, por 20 horas semanais;

i) Reposição integral de todas as perdas salariais e escala móvel dos salários;

j) Contratação imediata de todos os demitidos;

l) Jornada de 20 horas em sala de aula e 20 horas-atividades;

m) Total liberdade de organização política e sindical.

n) Por um governo Operário e camponês, fruto da revolução proletária.

Assinalamos que a Corrente Proletária na Educação tem em seu programa a defesa dos métodos próprios da classe operária (as mobilizações, greves, ocupações etc). Sabemos que a conquista dessas reivindicações implica no enfrentamento com o Estado e sua política neoliberal. Nesse sentido, é tarefa dos trabalhadores em educação buscar a unidade com o movimento operário, para que as classes oprimidas, que são alijadas do acesso à escola e que sofrem diretamente a discriminação cultural, possam tomar em suas mãos a defesa da existência da escola gratuita e enraizada na produção social.



USP (não) escolhe seu reitor

A eleição para reitor da USP é uma farsa. Tudo não passa de uma encenação, que encobre as disputas de bastidor entre os grupos da burocracia universitária. Os dois turnos da eleição são formalidade. No primeiro, os Conselhos Centrais e Congregações das unidades indicarão os nomes dos candidatos que já se colocaram. No segundo turno, o Conselho Universitário vai escolher uma lista de três nomes, da qual sairá finalmente o futuro reitor. É evidente que a escolha de fato é do governo estadual. Por isso, os grupos que disputam o cargo estão completamente alinhados ao governo Covas. O que quer dizer que todos eles estão comprometidos na aplicação da reforma do ensino, ditada pelo Banco Mundial e acatada pelos governos federal e estaduais.

A comunidade universitária é na prática excluída do processo. Os professores só podem escolher dentre os titulares, nunca os de menor graduação. Esse critério, de supor que quem tem mais títulos é melhor, é tão reacionário que chega a ser medieval. Corresponde ao controle da burocracia e desta pelo governo. Dessa forma, a maioria dos professores está excluída do processo de escolha.

Os funcionários têm representação ultraminoritária. Na verdade, a pseudo representação dos funcionários só serve para "legitimar" um processo absolutamente antide-mocrático.

Os estudantes conformam a maioria na universidade. E são os principais atingidos pelas políticas educacionais dos governos. Também têm representação ultraminoritária nos organismos de decisão da USP.

Portanto, a verdade é que a eleição do reitor é um processo circunscrito à burocracia universitária, que é uma camada de professores ligados ao

aparato estatal, muitas vezes afastados há anos das salas de aula e das pesquisas.

Enquanto a eleição do reitor e de todos os organismos de poder da universidade estiverem em mãos da burocracia universitária, não pode existir a autonomia, só haverá atrelamento e manipulação da USP pelo governo, e portanto, a aplicação da política burguesa, que hoje é a de destruição, sucateamento e privatização do ensino público.

Trata-se da política ditada pelo Banco Mundial, para proteger os interesses do capital financeiro internacional. Segundo essa linha, os gastos estatais com a educação, assim como com outros serviços sociais (saúde, previdência etc.) devem ser cortados, para dar condições ao estado de sustentar o parasitismo financeiro. A reforma do ensino pretende adaptar ensino e pesquisa a essa diretriz, imposta desde fora ao país, e faz parte de uma política mais geral, encarnada no plano antinacional e antipopular de FHC.

O combate à eleição manipulada do reitor está ligado ao combate à manipulação da universidade pelos capitalistas, através de seu Estado. Por isso, não pode haver uma luta conseqüente pela democratização da universidade à margem da mobilização da comunidade por suas reivindicações, em oposição às imposições governamentais.

A eleição direta do reitor faz parte dessa luta. A democratização das instâncias de poder da universidade se choca com o controle estatal. Por isso essa questão também está ligada à defesa da autonomia universitária, com financiamento estatal. O que quer dizer que a universidade tem de dizer quanto recurso é necessário aplicar e o Estado deve bancar. Po-

rém, enquanto a direção da universidade estiver nas mãos da burocracia universitária, o orçamento da USP será imposto a partir dos gabinetes do governo, e jamais irá atender aos interesses da comunidade.

Por isso, também não adianta limitar a luta pela democratização da universidade à eleição do reitor. Pode-se eleger um reitor diretamente e manter a universidade sob controle da burocracia universitária. É esse controle que precisa ser destruído. Isso depende da ação da comunidade no sentido de tomar o poder da universidade em suas mãos. A mobilização unitária de estudantes, professores e funcionários deve ligar-se aos trabalhadores de fora da universidade, e se basear numa plataforma de reivindicações que expressem as aspirações da comunidade. Essa mobilização é que pode derrubar a burocracia universitária e estabelecer um governo da universidade paritário, com eleição direta de todos os cargos e com revogabilidade de mandato, a autonomia universitária, a soberania da assembléia universitária, que é a expressão máxima da democracia na universidade.

EDUCAÇÃO



Reforma dos planos de saúde beneficiam capitalistas

O governo tem tomado a iniciativa para ajustar os planos de saúde, de modo que eles sirvam à privatização da Previdência. Primeiro, deu uma injeção e reestruturou os planos em má situação financeira (Golden Cross). Depois, abriu o mercado à participação de planos estrangeiros, apresentando uma suposta "padronização" dos planos de saúde, que estariam obrigados a oferecer um plano padrão, com carência menor e sem excluir o tratamento das doenças mais graves, como a Aids. Na verdade, os planos de saúde poderão continuar a venda de planos mais baratos,

que não cobrem quase nenhuma doença, são triplicados quando se muda a faixa etária e se constituem assim num verdadeiro estelionato aos assalariados. O governo esconde que sua proposta de reformulação da previdência privada é na verdade a mesma da associação dos planos privados.

A privatização da previdência significará para a maioria o fim de uma assistência médica real, e um péssimo serviço aos poucos que puderem comprar planos mais caros, isto enquanto não completarem 60 anos, já que, depois dessa idade, não há pla-

nos mais baratos que 400 reais mensais.

A luta conseqüente em defesa da previdência pública passa pela defesa da estatal e pela expropriação dos planos privados. Somente isso garantirá saúde pública para todos. Esse é um dos pontos do programa da revolução proletária.

Realizado o Congresso de Estudantes da UECE

O Congresso estudantil da UECE contou com mais de 100 delegados. Três teses foram apresentadas: 1) "Não vou me adaptar", vinculada ao PT; 2) "Reviravolta", do PSTU; e 3) "Corrente Proletária da Educação", vinculada ao POR.

Como não poderia deixar de ser, o PT e PSTU tomaram o Congresso como meio para discutir a linha eleitoral, apesar de colocá-la de forma indireta. O PT foi quem expressou mais claramente seu objetivo eleitoral ao expor seu ponto de vista sobre o governo democrático e popular e a tática de frente ampla. Todos sabemos que se trata de uma frente eleitoral com partidos da burguesia para sustentar a candidatura de Lula.

O PSTU é que mais disfarçou com sua bandeira de constituir uma frente de esquerda socialista. Essa posição não é nova. Toda vez que se aproxima uma eleição, essa corrente corre a desfraldar a frente de esquerda. Assim que termina o pleito, o PSTU/Convergência guarda no baú sua frente.

A Corrente Proletária na Educação rechaçou o frentismo eleitoral. Contrapôs-se a ele com a tática da Frente

Revolucionária Antiimperialista. Tática que não objetiva lançar candidaturas, mas sim organizar a luta contra o Plano antinacional de FHC e combater a ofensiva das potências imperialistas. O que implica organizar por todo país comitês de luta sobre a base de um programa antiimperialista e anticapitalista.

Concretamente, a organização do movimento começa pela tarefa de derrubar o Plano pró-imperialista e antipopular do governo FHC. Inclui aí a defesa do ensino público e gratuito, que vem sendo destruído e privatizado. Tanto as universidades federais quanto as estaduais estão sob ameaça de privatização. Trata-se apenas de questão de tempo e conveniência política que favoreça o governo.

Não foi por acaso que em torno da questão da tática frentista apareceu claramente a divergência estratégica: o PT e PSTU combateram a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Aferraram-se à formulação de governo democrático e popular (PT) e governo dos trabalhadores (PSTU) contra a do POR de governo operário e camponês.

Finalmente, venceu a tese do PSTU, que significa, se concretizada, manter a paralisia do movimento estudantil através do eleitoralismo. Isso quando o governo anunciou que logo mais desfechará um ataque sobre a universidade pública.

Educação

Perseguição a estudantes na UECE tem de ser repudiada

Os estudantes da Corrente Proletária na Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) estão sob ameaça de processo administrativo, que pode levá-los à expulsão. Isto por terem utilizado dos métodos próprios do movimento estudantil (atos, notas, faixas etc.) em defe-

sa da escola pública e gratuita e contra a reforma de ensino privatizante e sucateadora da universidade.

A ameaça tem por objetivo intimidar os estudantes para que estes deixem de combater a linha governista. Trata-se de uma clara perseguição política, que deve

ser respondida pelos movimentos com um claro repúdio. Há uma moção sendo assinada pelos centros acadêmicos, DCEs, sindicatos, associações etc. Reproduzimos abaixo seu conteúdo:

Em defesa da livre expressão das correntes socialistas

Frente à política nacional de destruição do ensino público e gratuito, o movimento estudantil tem sido um polo importante de resistência à privatização e mercantilização da educação. Falta de professores, diminuição de vagas, baixos salários, currículos ultrapassados, laboratórios sucateados, bibliotecas defasadas, isolamento das unidades do interior, cobrança de taxa no RU, assistência estudantil precária, nenhuma residência universitária, autonomia financeira e subordinação à lógica empresarial, são algumas das chagas que atingem a UECE.

Com tal descalabro, o que fazer? Senão lutas e conscientizar a comunidade universitária para barrar esta ofensiva privatizante, que conduzirá ao atraso e ao obscurantismo. É o que tem feito a CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL (POR), uma das tendências políticas que combate a opressão social e luta pelo socialismo, com firmeza de princípios e lealdade na luta política, utilizando os

métodos próprios do movimento dos explorados (painéis, cartazes, notas, manifestações, debates e cursos).

No entanto, em resposta a este trabalho de fortalecimento do movimento estudantil e da consciência política, membros da Corrente Proletária Estudantil (POR) estão sob ameaça de processo administrativo, por ter defendido através de painéis o ensino público e gratuito. O que é uma prática histórica do movimento estudantil, sempre combatida pelas ditaduras militares.

Neste contexto, reconhecemos o direito democrático das correntes socialistas, como a Corrente Proletária Estudantil (POR) de realizarem sua atividade crítica e construtiva com os métodos próprios do movimento estudantil.

- Nenhum processo administrativo contra as Correntes Socialistas!

- Em defesa da UECE pública, gratuita e autônoma!



Em Defesa da UECE

A diretoria da UECE (Universidade Estadual do Ceará) e sua burocracia vem, atualmente, promovendo todo o tipo de perseguição ao setor mais combativo do movimento estudantil, que ainda combate a política pulverizadora do ensino público e privatizante de FHC, Tasso e Manassés.

Atravessa-se, hoje, um momento de extrema pressão ideológica da reitoria e seus seguidores em cima dos estudantes para colocar na cabeça dos alunos a necessidade de taxas na universidade. E os estudantes das entidades não percebem essa manobra de ataque ao movimento, bem como o estabelecimento de taxas que variam de R\$ 0,30 a R\$ 50,00, se estabelece também uma incompatibilidade que levará a UECE à privatização. Na verdade, as taxas representam hoje a 1ª etapa já percorrida desse caminho.

O Combate à burocracia e às disputas interestudentis

No último dia 13/09, após serem feitas, no campus da UECE, diversas pichações pela Corrente Proletária Estudantil-POR, a pró-reitora de assuntos estudantis, Hercília Mota - petista -, e até mesmo estudantes ligados ao PT-DS se mostraram con-

tra, e vários C.A.s tiveram uma atitude típica de burocratas. A primeira, em seus anos de "experiências" no movimento de docentes na ANDES, parece não ter aprendido mesmo nada! Chegou agora ao absurdo de telefonar para a casa dos poristas como forma de provocar distúrbios familiares. Tudo isso na tentativa de fazer parar a rigorosa militância marxista-leninista e trotskista dos estudantes. Como se vê, a burocrata não aprendeu uma lição básica: que não se mistura divergências políticas com pessoais. Já os últimos mostram de vez quem realmente defendem: se posicionam não somente contra as pichações, mas alguns (C.A.s de Veterinária, Contábeis e Enfermagem) pedem, em reunião com a pró-reitoria, a punição dos militantes. Com seu único discurso: o pequeno-burguês procura a todo instante jogar os estudantes de base contra as pichações. Para eles o inimigo não é o interventor Manassés, mas as pichações, ou melhor, o seu conteúdo, indubitavelmente revolucionário. Eis o porquê de seu ódio cego. Estes acontecimentos provam por si só não somente o grau de degeneração alcançado pelo PT (reformista), mas até onde os burocratas das universidades são capazes de ir para por em

prática a desintegração do ensino.

Em meio aos ataques a Corrente Proletária Estudantil(POR) pela pró-reitoria e a ala mais reacionária do movimento estudantil, a posição do PSTU (centrista) foi ora se omitir das discussões com a fraseologia de que o apoio formal às pichações era o suficiente, ora dizer que não deveríamos ter feito as pichações sem o consentimento do restante do movimento estudantil. Na verdade, o que se esconde por trás disso é que, para não se arriscarem ao ataque da ala direita do movimento, se omitem na defesa em público das pichações até no presente momento. O que está em jogo não é, nem foi em momento algum, a defesa do conteúdo, mas do método de luta próprio do movimento operário.

Em defesa da livre expressão do movimento socialista!

OPORPORPOR
Edição



Aos 30 anos do seu assassinato pelo imperialismo Palestra do POR sobre os 30 anos do assassinato de Ernesto Guevara

Em virtude dos 30 anos transcorridos desde a execução de Ernesto Guevara, ocorreram inúmeras atividades, não só no Brasil, mas em vários outros países. Aqui entre nós, pudemos observar que os promotores da comemoração deram um caráter de culto à personalidade e de mitificação do dirigente da guerrilha na Bolívia. Até mesmo as correntes que se reivindicam do trotskismo fizeram uma campanha de exaltação, não se preocupando com a essência política do pensamento de Che Guevara e de sua tática foquista. Parece que tais correntes se utilizaram hipocritamente do mito criado para se aproximar de uma parcela da juventude que guarda admiração romântica pela coragem e desprendimento como Che Guevara deu sua vida a uma causa.

Diferentemente, o POR encarou os 30 anos como um momento para denunciar o imperialismo e as burgue-

sias latino-americanas que se empenharam a executar Che Guevara. Ao mesmo tempo, demonstrar os erros irreparáveis desse dirigente da revolução cubana. Eis por que nossa palestra se delimitou dos demais acontecimentos desde o enunciado da convocatória.

O conteúdo de nossa convocação se referia à crítica trotskista à teoria foquista de Che Guevara. Sem dúvida, não se tratava de desmerecer a atitude militante desse lutador, mas sim mostrar que esta foi uma de suas maiores virtudes, como comprova sua trajetória desde a revolução cubana. Ocorre que, como marxistas, nos guiamos pelo pressuposto de que sem a teoria revolucionária não pode haver uma ação revolucionária.

Os escritos de Che Guevara, que não foram escassos, indicam que esse militante não chegou a assimilar o marxismo. Não é por acaso que Che

Guevara nunca se dispôs a construir um partido marxista. Iniciou sua militância propriamente dita no fogo da revolução cubana de 1959, participando do Movimento 26 de Julho com Fidel Castro. Movimento esse de origem nacionalista. Verificamos que suas idéias são mais fruto do empirismo do que da assimilação do socialismo científico de Marx e Engels, que certamente lhe daria um outro norte no interior do movimento da revolução cubana e, posteriormente, perante os acontecimentos latino-americanos.

Não é de estranhar que Che acabou sendo refém das pressões da burocracia estalinista da União Soviética e também da burocracia chinesa, ficando entre os dois fogos no conflito sino-soviético de meados dos anos 60. Seu afastamento do Estado cubano, no qual exerceu o importante papel, logo após a revolução, de presidente do Banco Central e, depois, de Ministro da Indústria, foi resultado de sua incompatibilidade com as pressões da burocracia russa, assimilada plenamente por Fidel Castro. Entretanto, nunca compreendeu o significado contra-revolucionário do estalinismo e a degenerescência burocrática do maoísmo, crispado de estalinismo. Não pôde entender que sua tese correta de iniciar a industrialização de Cuba foi abortada não só pelo atraso da ilha mas pelo pró-

prio cerco imposto pela burocracia soviética, que utilizou Cuba para exercitar sua política de coexistência pacífica com imperialismo. Sem dúvida, pôde constatar o boicote do governo soviético ao seu projeto de instalar a indústria do aço.

A sua decisão de organizar artificialmente a guerrilha na Bolívia se deveu em parte aos choques com a burocracia fidelista que se implantava em meados dos anos 60. Justamente no momento em que as imposições da burocracia soviética ganhavam plenitude sobre o Estado cubano. Uma delas era a exigência de que o regime de Fidel Castro não mais desse apoio às guerrilhas latino-americanas, condição essa que expressava os ditames dos Estados Unidos.

Os adeptos do Che e do foquismo explicam que a guerrilha na Bolívia ficou isolada porque Che Guevara não concordou em ceder a direção desta para o Partido Comunista Boliviano, e do seguinte boicote estalinista ao grupo de Che. Trata-se, sem dúvida, de uma falsa explicação. O Partido Comunista não iria apoiar de forma alguma o projeto guerrilheiro de Che. Mas dessa experiência o que nos interessa fundamentalmente é o

brutal erro da teoria guevarista da guerrilha.

No seu "Manual de Guerrilha", escrito logo após a vitória da revolução cubana, Che expõe inconfundivelmente sua teoria de foco que não corresponde de fato ao método da guerrilha. Logo de início, traça três características: 1) As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército; 2) Nem sempre há que se esperar que se dêem todas as condições para a revolução, o foco insurrecional pode criá-las; 3) Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo.

Como se pode ver, no item dois, Che concebe o foco insurrecional como capaz de criar as condições para a revolução. Nesse sentido, nega a sua própria explicação que "a luta guerrilheira é uma luta de massa, é uma luta do povo (...)". A teoria do foco não conduz ao armamento do povo mas sim ao de apenas um pequeno contingente de militantes que substitui a ação política e revolucionária do proletariado e das próprias massas camponesas. O fato de Che escolher a Bolívia para construir o foco permitiu que o trotskismo se contrapusesse concretamente, uma vez que nesse país a classe operária alcançou desenvolver o Partido Operário Revolucionário (POR).

A crítica à teoria do foco e a toda orientação política do guevarismo foi exaustivamente desenvolvida pelos trotskistas bolivianos, quando o conjunto das correntes de esquerda capitulava. Guillermo Lora, dirigente do POR, publicou um livro dedicado inteiramente à crítica do foco e à defesa do método da guerrilha, como criação das massas oprimidas e como um meio tático de atuação do partido.

Um dos pontos essenciais da crítica ao guevarismo está na sua negação do partido revolucionário. Essa incompreensão do lugar do partido na revolução está de acordo com incompreensão de Che em relação à classe operária como dirigente da revolução. De fato, Che Guevara não chegou a formular os pressupostos da revolução proletária, atendo-se à experiência do campesinato, que como classe não pode ser dirigente da revolução socialista.

A palestra se encerrou com um repúdio ao imperialismo que executou Che Guevara. Os trotskistas estão na linha de frente na defesa da memória desse lutador, embora esteja em total divergência com seus pontos de vistas sobre o caráter da revolução, as forças motrizes e a tática do foco.



30 anos do assassinato de Che Guevara pelo imperialismo



Edições Massas

Uma crítica trotskista ao foquismo

150 anos do Manifesto Comunista

Publicamos a seguir trecho do boletim nacional das comemorações dos 150 anos do Manifesto Comunista

BOLETIM NACIONAL - NÚMERO I - OUTUBRO 1997

Primeira reunião nacional

Há cerca de 150 anos, um fantasma rondava a Europa. Alguns revolucionários, em devaneios políticos, o captaram e atribuíram a um jovem, de quase 30 anos, mas com acurada visão crítica, o difícil encargo de exprimi-lo. E aconteceu, então, por uma destas coincidências fortuitas, que o fantasma tomou vida, simultaneamente, em forma de texto — o Manifesto Comunista — e em forma de movimento: as revoluções de 1848, a Primavera dos Povos.

Desde então, houve outras — e muitas — primaveras, sempre incompletas, com promessas de mudanças não confirmadas: a Associação Internacional dos Trabalhadores, a Comuna de Paris, a Internacional Socialista, as revoluções deste nosso curto século na Rússia, na Espanha, na China, no Vietnã, em Cuba. E mais Internacionais. As propostas do socialismo democrático na Europa Ocidental e Central, no Chile. E as lutas de libertação nacional na

Ásia e na África. Programas inconclusos, projetos apenas esboçados, logo derrotados, gerando recuos, desilusões, desistências.

E assim, ao menos por enquanto, nossas circunstâncias, neste final de século, são as de um tempo de capitalismo triunfante, com pretensões de modelo e pensamento únicos, a arrogância típica dos sistemas que se imaginam termo da aventura humana.

Mais eis que nem tudo é desengano e desencanto. Ainda há vezes discordantes. Resistências.

Um grupo de militantes, políticos e intelectuais cria em Paris uma associação: Espaços Marx. E convida a todos, em qualquer parte do mundo, onde haja ainda uma sugestão de pensamento crítico, um resto de vontade e um tanto de esperança para participarmos de um grande encontro internacional para refletir sobre a aventura iniciada há 150 anos pelo Manifesto Comunista.

Respeitadas as diferenças, a contribuição de cada um, num encontro plural e comprometido com a formulação de um outro modo de vida, pensar a crítica, a mudança, a alternativa.

A este projeto nos associamos. E convidamos você a participar conosco.

Nosso calendário: o encontro internacional que terá lugar em Paris, entre 13 e 16 de maio de 1998. Um encontro nacional, em princípio previsto para a segunda quinzena de abril do ano que vem, e que deve ser precedido de toda uma série de encontros locais e/ou regionais. Se existe ainda uma brasa de inconformismo em você, não hesite em soprá-la.

Segunda reunião nacional

Realizada em 14 de junho de 1997, no Departamento de Geografia da USP. Compareceram aproximadamente 80 pessoas, devendo-se notar a presença de delegações

es do Rio de Janeiro, de entidades sindicais, do interior paulista, de regiões do interior paulista e do Paraná.

Sobre a base de um acordo geral em tomo à importância da realização de eventos nacionais sobre o 150º aniversário, discutiu-se a necessidade de uma sede nacional, para coordenar as diversas atividades e organizar um evento nacional, previsto para abril de 1998. Houve várias propostas (USP, MST, CUT). Acordou-se realizar uma gestão perante a direção da CUT, para saber de sua possibilidade real de sediar a coordenação nacional (com sala, telefone, fax, etc.) antes de tomar uma decisão definitiva. Houve informes sobre os encontros regionais de São Paulo e Rio de Janeiro, assim como sobre atividades em diversas regionais e adesões recebidas em vários estados, o que demonstra a ampla repercussão da iniciativa, embora ele esteja apenas engatinhando.

Dentre as propostas apresentadas, cabe destacar: publicação massiva e super-econômica do Manifesto Comunista; a publicação de anais do evento nacional; o convite a pesquisadores e militantes estrangeiros; a realização não de um, mas de dois encontros nacionais (em abril e novembro de 1998). Iniciou-se um debate sobre os eixos temáticos do evento nacional, que não devem reproduzir apenas aqueles do evento mundial do Espaços Marx, previsto para Paris, em maio de 1998.

Insistiu-se sobre a necessidade de que as atividades regionais e a mundial não tenham só um caráter comemorativo ou acadêmico, sendo necessário que elas veiculem a problemática atual (ou a atualidade do Manifesto) e que tenham como protagonistas os movimentos sindicais, juvenis e sociais em geral.

Houve propostas no sentido de que não houvesse apenas um evento nacional localizado, senão vários, nas capitais regionais. Foram sugeridos eventos em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, uma capital do Nordeste (Fortaleza) e do Norte (Belém). os convidados internacionais e alguns nacionais participariam de tantos quantos pudessem e seriam democraticamente distribuídos.

Conformou-se uma comissão provisória, com vistas a entrevistar-se com a direção nacional da CUT, elaborar um boletim e centralizar as informações. Ficou composta por Antonio Rago (PUC), Carlucio Castanha (CUT), Carmen Vidigal (USP), Osvaldo Coggiola, Paulo Barsotti (Sto. André), Virgínia Fontes (UFF) e Zilda Iokoi (USP).

A reunião foi encerrada com uma apresentação de um grupo de teatro de Guarulhos.

Terceira reunião nacional

Realizada em 23 de agosto de 1997, no Departamento de Geografia da USP. Compareceram aproximadamente 40 pessoas, registrando-se a presença de delegações

do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. A reunião foi aberta com informes das atividades realizadas ou programadas nos estados. Em seguida, aprovaram-se os seguintes encaminhamentos:

1. SEDE nacional dos 150 anos: será na sede nacional da Central Única dos Trabalhadores. A direção executiva da Central nos garantiu a infra-estrutura. A coordenação dos 150 anos terá que garantir o pessoal.

2. ATIVIDADE NACIONAL: propomos que os estados programem atividades de maior porte para o período entre 21 de abril e 1º de maio de 1998, cabendo à coordenação organizar uma grande atividade nacional (no Rio de Janeiro ou São Paulo). A atividade nacional será uma grande solenidade pública, comemorativa dos 150 anos. A data desta atividade será definida na próxima reunião nacional.

3. PUBLICAÇÕES: foram reafirmadas várias propostas, que a coordenação ficou de analisar e encaminhar, a saber a) uma edição comemorativa do Manifesto Comunista; b) um boletim dos 150 anos; c) publicações com artigos, conferências etc. relativas ao evento.

4. PATROCINADORES: a cada reunião nacional, a lista dos patrocinadores dos 150 anos será acrescida dos novos participantes, bem como de todo aquele que manifeste sua disposição. Esta lista dos patrocinadores será divulgada regularmente.

5. COORDENAÇÃO: entre as reuniões nacionais, um grupo de patrocinadores ficará responsável pelos encaminhamentos aprovados. Esta coordenação nacional deverá ser referendada a cada reunião nacional.

Próxima reunião nacional: 8 de novembro, às 10 horas, na CUT Nacional Rua Caetano Pinto, 567, Brás, São Paulo

Internacional



150 anos do Manifesto Comunista

(Parte III)

Damos continuidade à série de artigos que dizem respeito a história do Manifesto Comunista.

Principais teses dos "Princípios do Comunismo"

Mostramos em artigos anteriores que os Princípios do Comunismo serviram de base para Marx e Engels redigirem o Manifesto do Partido Comunista. Agora vamos destacar as principais teses desse programa inicial da Liga do Comunistas.

De forma muito resumida Engels define o comunismo como "a doutrina que ensina as condições para a emancipação do proletariado. Essa idéia inicial dos Princípios acentua o conteúdo histórico da libertação do proletariado do jugo da exploração e oprimido capitalistas. A idéia de doutrina mostra que o comunismo é um conjunto coerente de princípios, análises, teoria e posições voltado à tarefa de emancipação do proletariado. O rol de questões seguintes vem justamente expor os fundamentos de tal doutrina. Começa por definir o que é o proletariado, como surgiu, o seu lugar nas relações de produção capitalista e a sua distinção em relação às classes oprimidas existente anteriormente ao capitalismo. No é por acaso que Engels dá grande ênfase na explicação do vínculo do proletariado com as relações capitalistas de produção e seu caráter de classe revolucionária. Procura-se mostrar que o que define o proletariado no é o simples fato de ser pobre. O conceito de proletariado se refere à classe de explorados pela classe

capitalista "que vive única e exclusivamente da venda de seu trabalho e não de ganho de capital". Demonstra, portanto, que "o proletariado surgiu da revolução industrial levada a cabo na Inglaterra na segunda metade do século passado e que então se estendeu a todos países civilizados do mundo". Opostamente, a classe capitalista é aquela que possui os meios de produção e explora o proletariado. Nessa relação capitalista entre exploradores e explorados, Engels mostra como o trabalho se constitui em mercadoria. Fundamenta a teoria da exploração capitalista do trabalho revelando que "o preço do trabalho equivale, portanto, ao custo de produção do trabalho. E o custo de produção do trabalho consiste precisamente na quantidade de meios de vida que se necessita para manter o operário em condições de poder trabalhar e não deixar perecer a classe operária". O desenvolvimento crescente da grande indústria irá promover o vasto crescimento do proletariado e e concentrá-lo nas grandes cidades. Cresce o antagonismo de classe entre o proletariado e a burguesia. O aumento da exploração do trabalho com a introdução de novas máquinas provoca um descontentamento "cada vez maior do proletariado" e assim vai se "preparando a revolução da sociedade através deste". Fica assinalado nos "Princípios do Comunismo" a idéia de que o proletariado é a classe dos explorados que encarna a revolução social. Engels mostra que a grande indústria do modo capitalista de produção não só desenvolveu o proletariado como classe revolucionária como logo se revelou fonte de tremendas crises econômicas. A grande capacidade de produção obtida pela maquinaria permite que em determinado momento "se produz mais do que se pode consumir". Estoura a "crise comercial". Engels descreve sucintamente o processo: "As fábricas se vêm obrigadas a parar, os fabricantes se quebram e os operários ficam sem po. Declara-se por toda a parte uma miséria espantosa. Depois de alguns tempo, os produtos excedentes encontram saída, as fábricas voltam a funcionar, os salários sobem e, pouco a pouco os negócios voltam a marchar melhor do que nunca. Mas no passa muito tempo antes de que se volte a produzir em excesso e estoure uma nova crise, seguindo o mesmo curso da anterior". Engels não faz senão revelar uma das principais contradições do

sistema capitalista de produção, ou seja, o choque entre as forças produtivas e as relações de produção. A força de trabalho e a maquinaria, constitutivas das forças produtivas, se vêm travadas pela propriedade privada capitalista. Dessa forma, "a grande indústria, enquanto seguir sendo explorada sob a base atual, só pode sustentar-se a custa de uma crise geral que se repete a cada 7 anos e que cada vez ameaça a toda a civilização, não só afundando na miséria os proletários mas também arruinando um grande número de burgueses". Engels logo explica que o problema não está na "grande indústria mesmo", mas no fato desta estar nas mãos dos capitalistas e servirem de exploração da força de trabalho. E que, portanto, se "impe incontestavelmente uma organização totalmente nova da sociedade, em que a direção da produção industrial não esteja já nas mãos de fabricantes individuais em concorrência um com os outros, mas sim nas mãos de toda sociedade, de acordo com um plano estabelecido e atendendo às necessidades da produção industrial em seu conjunto". Se a capacidade de produção infinita da grande indústria capitalista resulta em grandes crises econômicas e miséria cada vez mais ampla das massas, essa mesma indústria submetida a uma "outra organização social, acabará com esta miséria e com estas funestas flutuações". Esta "outra organização social" não é senão a propriedade coletiva dos meios de produção, que substituirá a propriedade privada dos meios de produção. Assim Engels conclui: "1) que, a partir de agora, todos esses males são atribuídos exclusivamente a uma ordem social que já não corresponde às relações existentes, e 2) que conta com os meios necessários para pôr fim total a estes males mediante a implantação de uma nova ordem social". Os dois pontos iniciais dos "Princípios do Comunismo" são: a presença do proletariado como classe capaz de realizar a revolução social e o amadurecimento das condições objetivas para que a revolução social possa dar lugar às transformações históricas. O vínculo entre a classe operária e as contradições do modo de produção capitalista, que precipitam a sociedade burguesa em grande convulsões, demonstra o cuidado como Engels introduziu os Princípios do Comunismo.

